



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO "Em liquidação"

CNPJ 61.585.220/0001-19
Secretaria de Governo



Balanco Patrimonial - Exercícios em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em reais)			
ATIVO	N.E.	31/12/19	31/12/18
Ativo Circulante		23.493.372	30.738.247
Caixa e equivalente de caixa	4	175.980	5.620.205
Aplicações por intermédio de terceiros	5	21.322.473	19.495.323
Clientes	6	12.577	3.088.465
Impostos a recuperar	7	304.483	363.090
Estoques	8	1.283.095	1.536.553
Créditos de funcionários		119.772	262.014
Outras contas a receber	9	274.992	272.598
Ativo Não Circulante		28.941.703	34.416.439
Realização a longo prazo		8.567.410	5.926.879
Cientes LP	6	7.870.734	5.410.117
Depósitos judiciais	10	696.677	516.172
Investimentos	11	871	871
Propriedades para investimentos	12	19.837.769	26.549.221
Intangível	13	535.652	1.363.948
Imobilizável	13	-	5.75.521
Total do Ativo		52.435.075	65.154.686

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em reais)

	Capital social	Reserva especial para aumento de capital	Reserva especial Decreto nº 332/91	Avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total	
							31/12/19	31/12/18
Em 31 de dezembro de 2017	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	-	(128.675.068)	5.714.185	5.714.185
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(820.782)	(820.782)	(820.782)
Avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo acumulado do exercício	-	-	-	-	-	1.838.609	1.838.609	1.838.609
Em 31 de dezembro de 2018	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	(3)	(127.657.241)	6.732.009	6.732.009
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(284.631)	(284.631)	(284.631)
Avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo acumulado do exercício	-	-	-	-	-	(5.229.634)	(5.229.634)	(5.229.634)
Em 31 de dezembro de 2019	107.183.520	22.295	786.721	26.396.717	(3)	(133.171.506)	1.217.744	1.217.744

Notas explicativas às demonstrações financeiras (valores expressos em reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL:** A Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP "em liquidação" encontra-se em processo de liquidação com base nos termos da lei nº 17.056, de 5 de junho de 2019. Tinha como atividade, operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de motomecanização, transpore de máquinas e equipamentos, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltados à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentado e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe de Poder Executivo, relacionados com as atividades da Companhia. As atividades operacionais da Companhia foram paralisadas desde 5 de outubro de 2019. Em 21 de agosto de 2019 a Companhia nomeou liquidante e deliberou pela liquidação e extinção da mesma, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2. **BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 13.303/16. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em função do encerramento de suas atividades, as demonstrações financeiras contemplam determinados ajustes e provisões requeridas para empresas que não estejam em continuidade operacional. Neste contexto, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras em uma base consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de fevereiro de 2020, apoiada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.
b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas, substancialmente, com base no custo histórico. Entretanto, considerando o pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram reconhecidos como passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações.
c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas de afetar a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
e. Representação das demonstrações financeiras: Para melhor comparabilidade de demonstrações financeiras, os saldos de 2018 apresentados nas rubricas "Impostos e contribuições a recolher" e "provisão para contingências" sofreram reclassificações conforme demonstrado a seguir:

	31/12/18		
	Publicado	Reapresentado	Efeito
Impostos e contribuições a recolher (passivo circulante)	4.268.460	1.011.053	(3.257.407)
Provisão para contingências (passivo não circulante)	44.809.978	48.067.385	3.257.407
	49.078.438	49.078.438	-

As reclassificações acima não produziram efeitos no resultado, sendo o efeito somente entre contas do passivo, e foram realizadas para refletir de forma mais adequada a essência do passivo contingente relacionado ao ISS Melhor Caminho, que anteriormente estava reconhecido como uma obrigação tributária a pagar. Outras informações a respeito deste assunto estão presentes nas notas explicativas nº 16 e nº 19.

3. **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.
a. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconheceu os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros foram reconhecidos inicialmente na data da negociação, data na qual a Companhia se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Receitas:** Esses ativos mensuram-se à base de custo, com base no custo histórico. **Despesas:** Esses ativos mensuram-se inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários demonstrados a custo. **Aplicações Financeiras:** Abrangem aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.
(ii) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros não derivativos foram mensurados pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia possui o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores e contas a pagar.
b. Ativo Imobilizável - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado foram mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, acompanhando as taxas normativas classificadas por lei fiscal. **Levantamento físico de ativos:** Anualmente é realizado o inventário físico dos ativos, quando é verificada a localidade e estado do bem. Com base nas informações levantadas, são

feitos cruzamentos com a base de dados do sistema, realizando-se transferências para as bases certas a fim de termos, preliminarmente, a realidade física dos bens. **c. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, não excedendo o valor de mercado e são compostos por materiais de consumo, representados por peças para manutenção de veículos, máquinas e implementos, lubrificantes e material de limpeza e escritório. **d. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **e. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incontrolados até a data do balanço. **f. Receita operacional:** A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades foi medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para a execução das atividades não foram reconhecidas no momento de seu recebimento, por se tratar de subvenções incondicionais de custeio, vinculadas às ações em andamento de liquidação da Companhia. **g. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros diversos. **h. Imposto de renda e contribuição social:** A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **i. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**
Caixa e equivalentes de caixa 31/12/19 31/12/18
 Caixa 175.980 5.603.400
 Bancos 175.980 5.620.205
 Demonstrações determinam a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC TG 03) e Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem em características de liquidez de caixa e de responsabilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

5. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS**
Aplicações financeiras 31/12/19 31/12/18
 Aplicações financeiras 21.322.473 19.495.323
 21.322.473 19.495.323
 As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil e a investimentos realizados na corretora do Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, administrado pela Secretaria da Fazenda, conforme determinado pelo Decreto nº 60.244 de 14 de março de 2014. A variação positiva é decorrente do aumento das receitas com serviços prestados no último quadrimestre de 2018 e recebidas no início de 2019.

6. **CONTAS A RECEBER**
Circulante 31/12/19 31/12/18
 Clientes (a) 223.854 2.573.639
 Consórcios Pró-Estrada (b) 911.804 906.909
 Locações a receber (e) 366.180 360.964
 Serviços Executados a Faturar - 835.227
 (-) PCLD (d) (1.489.261) (1.588.273)
 12.577 3.088.465
Não circulante 31/12/19 31/12/18
 Clientes LP (a) 2.073.069 2.073.069
 Consórcios Pró-Estrada (b) 10.970.554 13.533.257
 Precatórios a receber (c) 7.870.734 5.410.117
 (-) PCLD (d) (13.043.623) (15.606.325)
 7.870.734 5.410.117
 7.883.311 8.498.582

(a) Clientes: No ativo "não circulante", 94% da rubrica Clientes LP é composta por faturas em aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cuja probabilidade de recebimento é duvidosa. Dessa forma a Companhia optou por provisionar integralmente o saldo. (b) Consórcio Pró-estrada: O valor de R\$ 911.804 no "circulante" é composto principalmente por títulos negociados para recebimento e cujo provisionamento decorre de contratos e acordos. Cerca de 84% desse valor foi provisionado como crédito de liquidação duvidosa. No ativo "não circulante", o montante de R\$ 10.970.554 se refere a títulos oriundos de contratos de locação de equipamentos firmados com Consórcios ou Prefeituras, cuja probabilidade de recebimento é duvidosa. Sendo assim, tais saldos foram integralmente provisionados. A redução refere-se à reclassificação para precatório do saldo a receber do Consórcio CONDERSUL, conforme detalhado na nota explicativa nº 6 (c). (c) Precatórios a receber: Referem-se a precatórios a receber, principalmente junto a prefeituras, os quais já estão transitados em julgado e com ofícios requisitórios. O aumento apresentado em 2019 deve-se à ação de cobrança requerida contra o Consórcio CONDERSUL, que foi julgada procedente e cujos valores foram atualizados e convertidos em precatório. (d) PCLD: A rubrica PCLD no "circulante" é

Demonstrações de Resultados (em reais)			
	N.E.	31/12/19	31/12/18
Receita com prestação de serviços		7.579.539	38.589.931
Subvenção econômica		23.873.031	28.581.667
Receita operacional bruta	21	31.452.570	67.171.598
Impostos sobre serviços prestados	22	(955.514)	(3.825.588)
Receita operacional líquida		30.497.056	63.346.010
Custos dos serviços prestados	23	(16.492.326)	(37.999.148)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		14.004.730	25.346.862
Despesas administrativas	24	(28.629.887)	(22.990.065)
Outras receitas operacionais		5.149.591	1.624.139
Outras receitas		3.274.461	-
Resultado operacional antes das despesas e receitas financeiras		(6.201.104)	3.980.936
Receitas (despesas) financeiras		1.399.521	600.777
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(4.801.583)	4.581.713
Provisão para IRPJ	25	(306.240)	(1.992.977)
Provisão para CSLL	25	(121.810)	(750.127)
Resultado líquido do exercício		(5.229.634)	1.838.609

Demonstrações de Resultados - método indireto (em reais)
Fluxo de caixa das atividades operacionais 31/12/19 31/12/18
Resultado do exercício (5.229.634) 1.838.609
 Ajuste de exercícios anteriores - -
 Depreciações e amortizações 807.880 (5.238.715)
 Provisão para perdas de créditos (5.697.232) 1.260.792
 Provisão para férias e encargos sociais (5.970.903) 92.901
 Ganho na venda de ativo imobilizado - -
 Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (383.601) 2.555.732
 Outros ajustes no resultado - 67.603
a) Total (16.473.489) 576.923
Aumento/Redução - Ativos circulante e não circulante
 Clientes 6.312.503 (235.838)
 Impostos a recuperar 58.607 (723.345)
 Estoques 253.458 (564.925)
 Créditos de funcionários 242.243 (56.129)
 Outras contas a receber (2.395) 2.191.382
 Depósitos judiciais (179.915) (171.601)
 Propriedades para investimentos 6.711.452 (31)
Aumento/Redução - Passivos circulante e não circulante
 Fornecedores (1.887.925) (89.627)
 Obrigações trabalhistas 6.041.161 (92.063)
 Obrigações tributárias (4.231.723) (269.669)
 Parcelamento de impostos (401.627) (361.837)
 Outras contas a pagar (370.729) 186.009
 Provisões - -
b) Total 12.545.109 (187.675)
(a+b) Caixa Líquido gerado (aplicado) - atividades operacionais (3.928.380) 389.248
Fluxo de caixa das atividades de investimento
 Adições/Baixas de imobilizado e intangível 595.936 7.561.118
 Ajustes de exercícios anteriores (284.631) -
c) Caixa líquido gerado nas atividades de investimento 311.305 7.561.118
Recebimentos para aumento de capital (a+b+c) Aumento/Redução do capital circulante líquido (3.617.075) 7.950.365
Saldo inicial caixa 25.115.527 17.165.162
Saldo final caixa 21.498.452 25.115.527
(3.617.075) 7.950.365

constituída de: Clientes R\$ 119.230; Consórcios Pró-Estrada R\$ 763.946; Locações a receber R\$ 360.964; Outras contas a receber R\$ 245.121. No "não circulante", é composta por: Clientes R\$ 2.073.069; Consórcios Pró-Estrada R\$ 10.970.554. A diminuição deve-se ao fato de a ação movida contra o Consórcio CONDERSUL ter sido julgada procedente. (e) Locações a receber: Trata-se de locação de recebíveis oriundos de imóveis.

7. **IMPOSTOS A RECUPERAR**
Impostos a recuperar 31/12/19 31/12/18
 IRRF a recuperar - 63.917
 IRPJ a recuperar 230.005 -
 CSLL a recuperar 74.478 148.791
 PIS/PASEP a recuperar - 26.766
 COFINS a recuperar - 123.616
 304.483 363.090

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente. Em 2019 houve a compensação total de PIS/PASEP e COFINS, pagou-se R\$ 500.006 de IRPJ e R\$ 192.551 de CSLL sobre lucro, sendo que há saldo a compensar de R\$ 304.483. Tendo em vista a não continuidade das operações da Companhia, os saldos remanescentes não poderão ser recuperados por meio de atividades operacionais. Assim, a Companhia espera realizar esses montantes através de acordos que estão em negociação com seus credores, onde eventualmente serão gerados "ganho de capital" ou "perda de dívidas". Por este motivo, a administração optou por não reconhecer provisão para perdas sobre esses ativos.
8. ESTOQUES
Estoques 31/12/19 31/12/18
 Bauri 657.031 768.300
 Campinas 156.391 204.569
 Presidente Prudente 138.274 206.368
 São José do Rio Preto 273.291 305.421
 São Paulo 63.416 57.203
 (-) Provisão para perda de estoques (5.309) (5.309)
 1.283.095 1.536.553

Os estoques da Companhia são formados principalmente por peças de reposição para máquinas e veículos e óleos lubrificantes. Tendo em vista a descontinuidade das operações da Companhia, os saldos remanescentes de estoques não poderão ser recuperados por meio de atividades operacionais. Assim, a Companhia espera realizar esses montantes através de negociações em leilões a serem realizados durante o exercício subsequente. Por este motivo, a administração optou por não reconhecer provisão para perdas sobre esses ativos.
9. OUTRA CONTAS A RECEBER
Outras contas a receber 31/12/19 31/12/18
 Outras contas a receber CP 274.992 271.789
 Despesas do exercício seguinte - 809
 274.992 272.598

Conforme demonstrado no quadro acima, a rubrica refere-se a saldo remanescente oriundo da venda parcelada de ativos (maquinários em geral), operação ocorrida em 2017.

10. **DEPÓSITOS JUDICIAIS**
Depósitos judiciais e restituíveis 31/12/19 31/12/18
 Ações trabalhistas 696.677 413.575
 Ações cíveis - 103.187
 696.677 516.762
 A rubrica é composta por recursos depositados em juízo para interposição de reclamações de natureza trabalhistas e cíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão. Aproximadamente 92% do montante representado pelo valor em discussão. "Provisão para contingências", conforme descrito na nota explicativa nº 19. A diferença que não foi provisionada refere-se a depósitos pendentes de resgate, cujas ações já foram encerradas ou acordadas (com trânsito em julgado a favor da Companhia). Em 2019, devido à liquidação da Companhia e devido ao grande número de rescisão de contratos de trabalho, houve aumento significativo de pagamentos a títulos de depósitos judiciais. O valor de R\$ 103.187 foi reconhecido para a conta de custos e despesas processuais já que não se enquadra como valor restituível quando do trânsito em julgado das ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (valores expressos em reais)		
	31/12/19	31/12/18
11. INVESTIMENTOS		
Investimentos		
CEAGESP	4	4
PRODESP	68	68
IMESP - IMPRENSA OFICIAL	770	770
CDHU	29	29
	<u>871</u>	<u>871</u>

Os saldos se referem às participações societárias minoritárias em outras empresas de economia mista ou públicas.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	31/12/19	31/12/18
Propriedades para Investimentos		
Imóveis para Investimento	19.837.769	26.549.221
	<u>19.837.769</u>	<u>26.549.221</u>

O saldo registrado no montante de R\$ 19.837.769, refere-se à contabilização do valor justo dos imóveis não operacionais. Referido saldo foi registrado em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS no exercício de 2013. No ano de 2018, conforme requisitos do CPC 28 - Propriedade para Investimento, os imóveis foram reavaliados. De acordo com os laudos emitidos por peritos independentes, o valor de mercado dos bens era de R\$ 58.531.210, não existindo, portanto, a necessidade de constituição de provisões de impairment.

Em 2019 houve a adjudicação de dois imóveis no montante de R\$ 9.915.984 à Atrium Participações, Consultorias e Administração Ltda. como quitação de parte de ação cível contra a Companhia. Foram baixados R\$ 6.711.452 referentes à Fernandópolis e Guaratinguetá com ganho de capital de R\$ 3.204.532. A seguir demonstramos a composição dos imóveis remanescentes e seus respectivos valores de avaliação com base no laudo de 2018:

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Composição dos saldos

Composição dos saldos	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Provisão perda	Valor líquido
Terrenos	-	49.392	-	-	49.392
Edifícios	25	1.909.697	(1.880.730)	-	28.967
Móveis e utensílios	10	1.016.363	(944.234)	-	72.129
Veículos	5	3.424.662	(3.424.662)	-	-
Máquinas e tratores	4	31.432.599	(31.432.599)	-	-
Instalações	10	139.351	(119.982)	-	19.368
Benefeitorias em imóveis próprios	10	841.642	(836.301)	-	5.342
Computadores e periféricos	5	830.157	(812.067)	-	18.090
Tratores - Pró-Estrada	4	533.843	(533.843)	-	-
Benefeitorias em imóveis próprios	10	1.576.829	(1.505.222)	-	71.607
Implementos	4	693.251	(601.364)	-	91.887
Caminhões	5	10.122.045	(10.108.557)	-	13.488
Equipamentos técnicos	10	1.144.719	(979.337)	-	165.382
Softwares	10	939.227	(428.266)	(510.960)	575.521
Marcas e patentes	10	12.040	(12.040)	-	-
Total Geral		54.665.816	(53.619.204)	(510.960)	535.652

Devido à liquidação da Companhia, foi provisionado o valor de R\$ 510.960 como perda que se refere à aquisição de sistema ERP Sankhya. Quanto ao saldo remanescente de outros ativos imobilizados no montante de R\$ 535.652, tendo em vista a descontinuidade das operações da Companhia, os mesmos não poderão ser realizados através de suas atividades operacionais. A Companhia espera vender a maior parte desses ativos em leilões a serem realizados no exercício subsequente.

(b) Movimentação do custo

Movimentação do custo	31/12/19	Adições	Baixas	31/12/2019
Terrenos	49.392	-	-	49.392
Edifícios	1.909.697	-	-	1.909.697
Móveis e utensílios	1.016.363	-	-	1.016.363
Veículos	3.424.662	-	-	3.424.662
Máquinas e tratores	31.432.599	-	-	31.432.599
Instalações	137.451	1.900	-	139.351
Benefeitorias em imóveis de terceiros	841.642	-	-	841.642
Computadores e periféricos	830.157	-	-	830.157
Tratores - Pró-Estrada	533.843	-	-	533.843
Benefeitorias em imóveis próprios	1.576.829	-	-	1.576.829
Implementos	731.864	-	(38.613)	693.251
Caminhões	10.122.045	-	-	10.122.045
Equipamentos técnicos	1.054.719	90.000	-	1.144.719
Softwares	938.898	329	-	939.227
Marcas e patentes	130.762	-	(118.722)	12.040
Total Geral	54.730.922	92.229	(157.335)	54.665.816

(c) Movimentação da depreciação

Movimentação da depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Terrenos	-	-	-	-
Edifícios	1.874.745	5.989	-	1.880.730
Móveis e utensílios	912.766	31.468	-	944.234
Veículos	3.328.341	96.321	-	3.424.662
Máquinas e tratores	31.412.729	19.870	-	31.432.599
Instalações	113.872	6.110	-	119.982
Benefeitorias em imóveis de terceiros	821.531	17.770	-	839.301
Computadores e periféricos	784.334	24.734	-	809.067
Tratores - Pró-Estrada	533.843	-	-	533.843
Benefeitorias em imóveis próprios	1.351.534	153.688	-	1.505.222
Implementos	557.243	44.121	-	601.364
Caminhões	9.682.241	426.315	-	10.108.557
Equipamentos técnicos	924.140	55.196	-	979.337
Softwares	363.377	64.889	-	428.266
Marcas e patentes	130.762	-	(118.722)	12.040
Total Geral	52.791.453	946.472	(118.722)	53.619.204

14. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/19	31/12/18
Fornecedores	1.766.866	3.654.790
	<u>1.766.866</u>	<u>3.654.790</u>

Apresentamos a seguir, de forma resumida, a composição do valor de R\$ 1.766.866 registrado em 31 de dezembro de 2019: • Aproximadamente 54% são provisões de benefícios a funcionários (assistência médica, vale alimentação, vale alimentação) as quais serão liquidadas no mês subsequente; • Aproximadamente 28% são contas em atraso devido à falta de apresentação de documentação por parte do fornecedor/prestador de serviço. Para esses casos, devido às pendências documentais condicionais para os pagamentos, o não ser que sejam entregues os documentos necessários para efetuar os pagamentos, a Companhia não pretende realizar referidas liquidações subsequentes. • 18% referem-se a contratos fixos e despesas diversas (contabilidade, telefonia, informática, segurança, copa, limpeza, etc), as quais serão liquidadas no mês subsequente. Exceto quanto à parcela de contas que estavam em atraso por conta de pendências documentais, a Companhia não possuía outros fornecedores em atraso e em negociação. • Portanto, não houve necessidade de ajustes contábeis nesses saldos, estando os mesmos apresentados aos valores esperados de liquidação.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações trabalhistas	31/12/19	31/12/18
Provisão para férias e encargos (b)	813.746	2.418.218
Provisão para 13º salário e encargos	-	-
INSS a recolher sobre folha de pagamento	59.890	208.624
IRRF a recolher sobre folha de pagamento	92.682	225.854
FGTS a recolher (c)	2.233.277	167.354
Salários e ordenados a pagar (a)	94.193	-
Contribuição sindical a pagar	-	2.039
INSS a recolher sobre receita bruta	-	193.177
Pensão alimentícia e antecipações a pagar	-	8.265
	<u>3.293.788</u>	<u>3.223.531</u>

Em 31 de Dezembro de 2019 a Companhia mantinha em seu quadro 97 colaboradores (313 em 2018). A seguir apresentamos maiores detalhes sobre os saldos apresentados: (a) O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês; (b) A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data de encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais; (c) FGTS a recolher com montante de 2.233.277, foi impactado em 2019 com a divulgação do evento de liquidação da Companhia. Sendo assim foram provisionados nessa rubrica o cálculo a título de FGTS-Multa para todos colaboradores.

Item	Descrição	Reavaliação
1	Andradina	949.483
2	Andradina	6.098.079
3	Araçatuba	1.313.019
4	Bragança Paulista	10.461.366
5	Casa Branca	4.598.175
6	Cerqueira César	9.144.088
7	Franca	9.944.498
8	Itatinga	1.680.088
9	Jau	4.459.899
10	Lins	1.462.803
11	Marília	13.660.977
12	Santa Ernestina	74.260
13	Santa Ernestina	70.310
14	São Manuel	3.646.170
Total		<u>58.531.210</u>

A Companhia optou por manter referidos ativos registrados nos valores contábeis (valores justos) obtidos através da primeira avaliação realizada no exercício de 2014, sem registrar os novos valores de mercado obtidos através dos laudos mais recentes de 2018. Desta forma, esses ativos, não estão sendo apresentados com base em seus valores de mercado ou valores prováveis de realização, conforme determinam os preceitos contábeis vigentes para empresas que se encontram em fase de liquidação. Esta decisão foi tomada tendo em vista que, continuam em andamento novas negociações junto ao credor Atrium para amortização de montantes remanescentes da dívida da Companhia mediante a dação em pagamento de parte desses imóveis. Portanto, a administração da Companhia optou por aguardar o desfecho dessas negociações para posteriormente reconhecer os eventuais ganhos decorrentes dos valores de mercado pelos quais parte desses ativos serão realizados.

	31/12/19	31/12/18
Depreciação acumulada		
Provisão perda		
Valor líquido		
Depreciação acumulada	(1.880.730)	-
Provisão perda	(944.234)	-
Valor líquido	72.129	103.597
Depreciação acumulada	(3.424.662)	-
Provisão perda	(3.432.599)	-
Valor líquido	-	19.870
Depreciação acumulada	(119.982)	-
Provisão perda	(836.301)	-
Valor líquido	5.342	20.112
Depreciação acumulada	(812.067)	-
Provisão perda	(533.843)	-
Valor líquido	-	-
Depreciação acumulada	(1.505.222)	-
Provisão perda	(601.364)	-
Valor líquido	71.607	225.295
Depreciação acumulada	(601.364)	-
Provisão perda	(10.108.557)	-
Valor líquido	13.488	439.804
Depreciação acumulada	(979.337)	-
Provisão perda	(428.266)	(510.960)
Valor líquido	575.521	-
Depreciação acumulada	(12.040)	-
Provisão perda	-	-
Valor líquido	-	-
Total	(53.619.204)	(510.960)
		535.652
		1.939.469

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Impostos e contribuições a recolher	31/12/19	31/12/18
ISS a recolher - clientes	-	2.847.747
COFINS a recolher	-	128.234
PIS/PASEP a recolher	-	27.784
ISS a recolher - terceiros	5.266	16.266
CSLL sobre lucro a recolher	-	221.093
IRPJ a recolher	-	566.265
INSS a recolher - terceiros	15.783	20.015
IRRF a recolher - terceiros	1.619	3.758
PIS/COFINS/CSLL - terceiros	14.069	27.638
Provisão para juros sobre impostos	-	409.660
	<u>36.737</u>	<u>4.268.460</u>

Por conta da liquidação das atividades da Companhia, houve queda no faturamento, consequentemente não há IRPJ e CSLL sobre lucro a pagar.

O ISS a recolher - clientes foi reclassificado para as contas Provisão ISS Melhor Caminho e Provisão Juros ISS Melhor Caminho no grupo Provisão para contingências. Outros detalhes a respeito desta reclassificação estão mencionados na nota explicativa nº 19 - Provisão para contingências.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Circulante	31/12/19	31/12/18
Acordos trabalhistas a pagar	55.700	345.677
Cauções e valores em garantia	69.426	69.320
Cooperativas a pagar	-	55.924
Outras contas a pagar	8.666	2.530
	<u>133.792</u>	<u>473.451</u>
Não circulante	31/12/19	31/12/18
Acordos trabalhistas a pagar a longo prazo	850.042	905.741
IRPJ - Diferido	67.947	67.947
CSLL - Diferido	24.461	24.462
	<u>942.450</u>	<u>998.150</u>

A variação ocorreu por conta da quitação mensal normal de ações trabalhistas parceladas.

18. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

Circulante	31/12/19	31/12/18
PIS/COFINS/CPRB	584.283	350.570
ISS	33.035	26.428
	<u>617.318</u>	<u>376.998</u>
Não circulante	31/12/19	31/12/18
PIS/COFINS/CPRB	-	584.283
ISS	-	33.035
	-	<u>617.318</u>

Houve transferência do saldo do não circulante para o circulante.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Prováveis	31/12/19	31/12/18
Ações cíveis (a)	29.445.817	38.811.389
Ações trabalhistas (b)	14.338.331	5.527.084
Depósitos recursais	642.231	471.505
ISS - Melhor Caminho (c)	-	-
Juros ISS - Melhor Caminho (c)	-	-
	<u>44.426.379</u>	<u>44.809.978</u>

A Companhia é parte em ações judiciais em processos de natureza administrativa, fiscal e trabalhista, em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base nas informações de sua Assessoria Jurídica realizada sobre a análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, apresentamos maiores detalhes com relação às ações em curso: (a) Refere-se, principalmente, ao valor da ação de cobrança acumulada com pedido de indenização por danos materiais, movidas pela Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda. Em outubro foram adjudicados dois imóveis como parte de quitação desta ação. (b) A Companhia possui processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam, principalmente, sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. São provisionados os valores de causas prováveis e em execução. O aumento da provisão deu-se em virtude de novas ações dos funcionários desligados por conta da liquidação da companhia. (c) Em 2019 a companhia reclassificou o ISS Melhor Caminho de ISS a recolher de clientes para Provisão ISS Melhor Caminho. Em dezembro de 2019, o valor foi revertido de acordo com parecer jurídico e autorização do liquidante. Foram revertidos R\$ 2.270.388 da conta Provisão ISS Melhor Caminho e R\$ 2.393.260 de Provisão de Juros ISS Melhor Caminho. Referidos saldos se tratavam de constituição e atualização do ISS não retido pelo tomador dos serviços prestados referente ao Programa Melhor Caminho. Enquanto aguardava um parecer jurídico formal a respeito deste tema, a Companhia provisionava, porém não recolhia esses valores em virtude da controvérsia jurídica existente sobre a imunidade tributária da Companhia para esse tema. No parecer jurídico em questão, os assessores jurídicos julgaram como remota a possibilidade de perda para a Companhia, portanto, nos termos do Pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os passivos constituídos foram revertidos. **Ações em andamento com probabilidade de perda "possível":** A Companhia é parte em ações judiciais envolvendo riscos de perda classificados como de "possível perda" por sua Assessoria Jurídica, para as quais não há provisão constituída. A seguir, apresentamos um

resumo das ações em andamento:

Possível	31/12/19	31/12/18
Ações cíveis	1.745.249	1.745.249
Ações trabalhistas	3.472.973	6.953.585
	<u>5.218.222</u>	<u>8.698.834</u>
Ações em andamento com probabilidade de perda "remota"		
Remota	31/12/19	31/12/18
Ações cíveis	-	-
Ações trabalhistas	742.886	893.474
	<u>742.886</u>	<u>893.474</u>

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social - O capital social integralizado é de R\$ 107.183.520 e está representado por 18.780.945.481.834 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionista	Quantidade de ações	Valor em relação ao capital social	%
Fazenda do Estado de São Paulo	18.780.932.804.843	107.183.448	99,9999%
UNIÃO	5.709.811	33	0,0000%
CEAGESP - Cia. de Entrep. Arm. Ger. S. Paulo	2.047.174	12	0,0000%
Ações em Tesouraria	4.920.006	28	0,0000%
Total	18.780.945.481.834	107.183.520	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP - São Paulo - SP

OPINIÃO: Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO – CODASP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Constituição para perdas (impairment) de ativos: Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 7 “Impostos a recuperar”, nº 8 “Estoques” e nº 13 “Imobilizado e intangível”, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrado nessas rubricas os montantes de R\$ 304.483, R\$ 1.283.095 e R\$ 535.652, respectivamente. Considerando a proximidade da data de encerramento das atividades da Companhia (comentado na nota explicativa nº1), e pelo fato de as negociações e leilões planejados pela administração para a liquidação desses bens e direitos não terem sido concretizados até o presente momento, referidos ativos não poderão ser realizados por meio das atividades operacionais da Companhia, sendo necessários, portanto, o reconhecimento de provisões para perdas (*impairment*), conforme preconiza o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em virtude de a Companhia não ter reconhecido em suas demonstrações financeiras referidas provisões, o ativo circulante e não circulante estão superavaliados em R\$ 1.587.578 e R\$ 535.652, respectivamente, e o resultado do exercício superavaliado em R\$ 2.123.230 em 31 de dezembro de 2019.

Valores de realização relativos às propriedades para investimentos: Conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 “Propriedade para investimentos”, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrado nessa rubrica o montante de R\$ 19.837.769. A Companhia mantém negociações junto ao seu principal credor visando a amortização de seus débitos remanescentes mediante à dação em pagamento de parte desses imóveis. Considerando os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 28, Propriedade para investimento e considerando a situação de descontinuidade da Companhia, referidos ativos deveriam estar contabilizados pelos seus valores de mercado ou realização, entretanto, pelo fato da Companhia não ter concluído, até o presente momento, referidas negociações, a administração optou por não reconhecer esses imóveis de acordo com seus valores de mercado/realização. Dessa forma, não foi possível nos assegurarmos de mercado/realização e realização dos referidos ativos, em 31 de dezembro de 2019.

Contas a receber - Precatórios: A Companhia possui o valor de R\$ 7.870.734 (R\$ 5.410.117 em 2018), registrado no ativo não circulante na rubrica Clientes, referente a precatórios a receber junto a algumas prefeituras, já transitados em julgado, e com ofícios requisitórios. Entretanto, dada a morosidade dos procedimentos de liquidação desses ativos por parte das autoridades competentes, não há uma previsão exata para sua liquidação,

sendo improvável a realização desses ativos até o encerramento formal das atividades da Companhia. Dessa forma, referidos direitos creditórios deverão ser integralmente revertidos à Fazenda do Estado de São Paulo, estão pendentes de liquidação, sendo que esta deverá efetuar o levantamento dos precatórios pendentes para dar andamento à sua liquidação financeira. Portanto, pelo fato de não termos nos assegurados, até o presente momento, quanto à conclusão dos procedimentos necessários para habilitação desses créditos por parte da Fazenda do Estado de São Paulo, não podemos nos assegurar quanto a realização desses ativos.

Retificação de exercícios anteriores: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu na rubrica “Ajustes de exercícios anteriores”, no patrimônio líquido, o montante líquido de R\$ 284.631 decorrentes de retificações relacionadas à PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação de erros de exercícios anteriores), cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores. O pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, determina que referidas retificações devem ser registradas em seu correto período de competência, de forma retrospectiva. Dessa forma, a apresentação do patrimônio líquido está incorreta no referido valor, em 31 de dezembro de 2018.

DESCONTINUIDADE OPERACIONAL E DISSOLUÇÃO A COMPANHIA: Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas com o pressuposto de continuidade normal de suas atividades operacionais. Conforme mencionado nas notas explicativas nº1 e nº28, a Companhia encontra-se em processo de liquidação com base nos termos da Lei nº 17.056/2019 e decreto de Lei nº 64.418/2019, tendo sido nomeado em 21 de agosto de 2019 o liquidante responsável pelos processos legais e cabíveis para o encerramento da Companhia que conduzirá sua liquidação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após sua nomeação. Dessa forma, a gestão da Companhia tem a missão de conduzir essa decisão no prazo estipulado, conduzir e emendar esforços para a realização subsequente dos ativos remanescentes passíveis de liquidação antes do encerramento das atividades, bem como conduzir a transferência dos ativos e passivos remanescentes à Fazenda de São Paulo em cumprimento ao artigo 10 do decreto de Lei nº 64.418/2019. Conforme comentado na nota explicativa nº28 – Eventos subsequentes, a Administração vem adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações de encerramento requeridas. Exceto pelos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, nossa opinião não contém modificações a respeito deste assunto.

ÊNFASES - ISS melhor caminho: Conforme descrito na nota explicativa nº 19 (c), no exercício de 2019, a Companhia reverteu de seu passivo contingente a provisão mantida para o ISS a pagar Melhor Caminho, cujo montante estornado totalizou R\$4.663.648. Referido estorno teve como base parecer jurídico obtido em dezembro de 2019, onde o prognóstico de perda foi classificado como remoto, pelo fato de, na opinião dos assessores jurídicos, inexistir crédito tributário constituído contra e Companhia, e pelo entendimento de existência de imunidade tributária para a Companhia respeito deste assunto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras: Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 (e), para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, os saldos comparativos de 2018 apresentados nas rubricas “Impostos e contribuições a recolher” e “Provisão para contingências” estão sendo reapresentados nessas demonstrações financeiras em atendimento ao normativo contábil NBC TG 23 ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS - Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior: As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo parecer datado em 6 de março de 2019, continha parágrafos “*incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*” e “*ênfase semelhante ao assunto descrito no subtítulo “Contas a receber – Precatórios”, o qual tratamos na sessão “Base para opinião com ressalvas” do presente relatório, devido à descontinuidade operacional da Companhia, bem*

como pelo fato de não ser possível nos assegurarmos quanto ao cumprimento dos procedimentos necessários para habitação desses créditos por parte da nova detentora desses ativos, a Fazenda do Estado de São Paulo, e sua futura realização após a extinção das atividades da Companhia.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A Administração da Companhia – Em liquidação, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração da Companhia levou em consideração os aspectos mencionados na nota explicativa nº1 relacionados à dissolução de suas atividades, tendo realizado os ajustes contábeis, que em sua avaliação, eram aplicáveis às circunstâncias. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de descontinuidade operacional e, com base na decisão de dissolução de suas atividades mencionadas na nota explicativa nº 1. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável as respectivas salvaguardas São Paulo, 5 de fevereiro de 2020.

Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9

vacc
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

Conselho Fiscal - Parecer 01/2020 - Demonstrações Financeiras 2019

Em vinte e nove de abril de dois mil e vinte, o Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP – “Em liquidação”, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, as informações prestadas pela Administração, assim como o Parecer da Verdus Auditores Independentes, de 05 de fevereiro de 2020, o Conselho Fiscal manifesta-se favorável à apresentação dos documentos, afirmando que os mesmos encontram-se em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da CODASP.”

MARCELO CALLEGARI HOERTEL - MARCUS SERGIUS DA SILVA TEIXEIRA - PABLO ANDRÉS FERNÁNDEZ UHART - RODRIGO SARMENTO BARATA - TZUNG SHEI UE